



A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: O CASO BRASIL – COLÔMBIA

Technical Cooperation among Developing Countries:
The Case Brazil-Colombia

La Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo: El
Caso Brasil-Colombia

Lina Paola Rubio (UFRGS)*

Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)**

*Psicóloga Social graduada pela Universidad de la Sabana de Bogotá-Colômbia, Especialização em Recursos Humanos pela Universidad de la Sabana, Especialização em Gestão Social pela UNISINOS, Bolsista Mestranda do Programa PEG-PG Brasil-Colômbia na Escola de Administração da UFRGS.

Endereço: Rua Irmão Geraldo 142, apto 301, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS.

Email: rubio_r2@hotmail.com

**Socióloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestrado em Sociologia das Organizações pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Doutorado em Sociologie Clinique na Université de Paris VII (Jussieu-Sorbonne), Doutora em Administração (UFRGS). Atualmente é Professora-Associada da UFRGS, atua junto à Escola de Administração (EA) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA).

Endereço: UFRGS/EA/PPGA, Rua Washington Luiz, 855, Centro, CEP: 90010-460, Porto Alegre/RS

Email: rsmcarrion@ea.ufrgs.br

Resumo

De natureza teórica, o presente artigo aborda a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), e tem por foco a análise das relações Brasil-Colômbia. O desequilíbrio que costuma marcar as relações de cooperação Norte-Sul justifica que se busque melhor compreender como estas ocorrem no contexto Sul-Sul. Estaríamos diante de um ruptura? Ou da reprodução daquilo que a história nos ensina acerca das relações entre países? Para a análise dos dados obtidos através do levantamento em fontes oficiais dos acordos de cooperação celebrados entre Brasil e Colômbia, no período entre 2006 e 2011, nos apoiamos na tese de Milando (2005). Conforme ele, para ter resultados positivos, a assim chamada “cooperação para o

desenvolvimento” deverá apoiar-se em relações igualitárias. Nas considerações finais, apontam-se limites e desafios à cooperação entre o Brasil e a Colômbia nos moldes que ela vem sendo praticada hoje e sugere-se pistas para a realização de novos estudos que tenham por objetivo contribuir para qualificar a praticada CTPD dos referidos países.

Palavras-Chave

Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Colômbia-Brasil. Relações Internacionais.

Abstract

this article aims to get a closer evaluation

of the cooperation between Colombia and Brazil, exploring its relevance and seeking to strengthen it. In the field of International Relations, literature reveals the unbalance between the north-south cooperation, therefore justifying the search for a better compression of south-south context and the importance of further studies on technical cooperation among developing countries (TCDC). In order to support the findings for this research, we have based our results on Milando's thesis (2005), citing bi-national agreements that have been arranged from 2006 to 2011 and including the projects that were considered successful by official sources. The final consideration are based on fair international relations for development, focused on the adversities and challenges of cooperation between Colombia and Brazil and its potential to strengthen this relationship and performance an appropriate TCDC.

Keywords

Technical Cooperation among Developing Countries (TCDC). Colombia-Brazil. International Relations.

Resumen

El presente artículo teórico aborda la Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo (CTPD) y tiene como objetivo el análisis de las relaciones entre Brasil y Colombia. El desequilibrio que acostumbra a predominar en las relaciones de cooperación Norte-Sur justifica que se busque la mejor comprensión de cómo están ocurriendo estas relaciones en el contexto Sur-Sur. Estamos frente a una ruptura? o en la reproducción de aquello que la historia nos enseña acerca de las relaciones entre estos países? El análisis de los datos obtenidos se realizó a través del levantamiento en fuentes oficiales de los acuerdos celebrados entre Brasil y Colombia en el periodo comprendido entre los años 2006 al 2011. Para esto, nos apoyamos en la tesis de Milando (2005), quien señala que para tener resultados positivos de la llamada "cooperación para el desarrollo" esta se debe apoyar en relaciones igualitarias. En las consideraciones finales se identifican límites

y desafíos de esta cooperación entre Brasil y Colombia, como viene siendo practicada en la actualidad, y se sugieren pistas para la realización de nuevos estudios que tengan por objetivos contribuir para cualificar la CTPD de entre ambos países.

Palabras Clave

Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo (CTPD). Colombia-Brasil. Relaciones Internacionales.

Introdução

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também chamada Cooperação Horizontal e/ou Cooperação Sul-Sul (CSS), vem ganhando importância no debate sobre a promoção do desenvolvimento (CAMPOS, 2007; IGLESIAS PUENTE, 2010). Tendo em vista as diferentes denominações aceitas para referi-la, o presente artigo, que tem por objetivo explorar o "estado de arte" da CTPD Brasil-Colômbia, adota a sigla CTPD.

Para tal, após uma breve revisão teórica do termo desenvolvimento e do modo como ele vem sendo entendido no contexto, introduz-se o conceito de Desenvolvimento Participativo na perspectiva da gestão social. Na sequência, apresentam-se alguns dados sobre a cooperação Brasil-Colômbia: histórico do relacionamento, a inserção da CTPD no Plano Nacional de cada governo e os projetos da CTPD considerados exitosos. A última parte é dedicada à análise dos interesses subjacentes da cooperação entre esses dois países.

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza teórica, realizado com base em dados obtidos em fontes oficiais, ou responsáveis pela CTPD na Colômbia e no Brasil, entre os quais destacam-se: a Agência Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional da Colômbia; a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Brasil; e os Ministérios de Relações Exteriores correspondentes. Outras fontes

pesquisadas foram as entidades demandantes dos projetos, no caso do Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e da Colômbia, a Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (CORPOICA), o Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), entre outras.

1. O desenvolvimento segundo sua contextualização histórica

A CPTD apresenta como objetivo o “desenvolvimento” através da cooperação entre os países. Para lançar luz sobre esse processo, Santos Filho (2005) analisa as distintas formas dadas ao desenvolvimento desde antes do período pós II Guerra Mundial até o presente. Conforme o autor sinaliza, o debate sobre o desenvolvimento assume relevância no cenário internacional a partir do momento em que passa a ser apresentado como processo capaz de levar o “progresso” aos países apontados como atrasados, ou “subdesenvolvidos”. Tal representação se consolida no período que antecede a Segunda Guerra Mundial e nos locais em que dominam, de modo hegemônico, a filosofia positivista e a ilusão de progresso como fonte de transformação social. Tal visão do mundo oportuniza uma visão da história humana como ocorrendo em estágios sucessivos (ideia de mudança social como potencialidade “natural” que sempre avança para uma vida melhor e não retrocede), nos quais a ciência e a tecnologia produzem alterações nas sociedades, idealizando os sistemas como se fossem cada vez mais complexos.

Após o conflito bipolar (com o colapso da União Soviética, ao final dos anos 1980), na mudança do ordenamento mundial em que prevalece o capitalismo, a Organização das Nações Unidas - ONU pressiona os diferentes Estados a se comprometerem com a segurança e a estabilidade internacional a fim de atenderem à ordem hegemônica. Assim, conferir ajuda e mecanismos de modernização aos países

entendidos como “subdesenvolvidos” traz como contrapartida o reconhecimento do país como engajado com a manutenção da paz e comprometido com a “estabilidade internacional” (SANTOS FILHO, 2005).

A lógica capitalista obriga os países a postergarem o desenvolvimento político e social e a serem seletivos, para bloquearem a universalização de direitos civis, bem como a implementação de políticas redistributivas. A partir da segunda metade de 1980, a prosperidade aparece como sinônimo de produtividade e competitividade capitalista, caracterizando-se, assim, a visão neoliberal como o ponto fundamental do novo modelo. Conforme o modelo neoliberal domina ao exercer a função de regulador social e ao priorizar o “Bem-Estar”, o Estado compromete a competitividade das empresas e, portanto, o desenvolvimento. Com o fim da bipolaridade e a sedimentação do mercado como instância reguladora, o desenvolvimento permanece sem conteúdo para possibilitar a igualdade, a justiça social e a regulação da liberdade (SANTOS FILHO, 2005).

Embora o processo do desenvolvimento adotado naquele período desqualifique sua concepção, Santos Filho (2005) afirma que a igualdade é o pressuposto que deveria sustentar a sua proposta para retirar os povos da pobreza. Essa proposta abrange o planejamento racional da política, o controle dos efeitos perversos do mercado e, finalmente, por ser de caráter público, transforma a prática do Estado. Para um novo significado de desenvolvimento, deve-se ter em conta o fim da ciência econômica como ordem e repensar uma nova proposta que não se oriente pela reificação sistêmica da estrutura social (prevalência da valoração do mercado sobre as relações sociais).

1.1 A CPTD inserida no campo das relações internacionais

Após ter reconhecido o *desenvolvimento* como um fenômeno histórico constantemente

imerso na contradição, da mesma forma, reconhece-se a CTPD dentro das Relações Internacionais. Após a Segunda Guerra Mundial, os países denominados desenvolvidos, segundo a perspectiva ocidental do período, realizaram ações assistenciais chamadas de *Ajuda Oficial para o Desenvolvimento* (AOD) aos países atingidos pelas guerras, caracterizando-se como um instrumento para estabelecer relações Norte-Sul. Nesta relação desigual e comparativa, surgem críticas e inconformidades dos países chamados do “sul”, o que abre caminho ao processo de formação e institucionalização da CTPD, a partir de 1978, na reunião das Nações Unidas em Buenos Aires, Argentina¹. Tal Cooperação se diferencia da Ajuda Externa, uma vez que contempla as necessidades e condições conjunturais dos países do “sul” e visa ser utilizada como estratégia de desenvolvimento nacional e internacional. Posteriormente, no século XXI, essa cooperação se instrumentaliza com o objetivo de reduzir as forças negativas da globalização (CAMPOS, 2007).

Na tentativa de esclarecer o que implica a CTPD, faz-se referência ao que Campos (2007) aponta como três visões ou perspectivas predominantes nessa área de estudo. A primeira visão é a Realista, que pressupõe o compromisso de manter o *status quo* e a importância do país em determinada região de seu interesse; a segunda é a Liberal, que envolve interesses comerciais e econômicos; e a terceira é a Idealista, que se baseia no altruísmo. Deve-se considerar que existem divergências e escassos aportes acadêmicos da CTPD nesta temática, na sua delimitação com a Ajuda Externa e em sua função na Política Externa Internacional (CAMPOS, 2007; IGLESIAS PUENTE, 2010). De tal modo, apresenta-se a seguir a delimitação da CTPD realizada por um estudioso da temática.

1.2 Possibilitando a CTPD, pela perspectiva de Ayllón (2009, 2010)

Ayllón (2009) ressalta a importância da CTPD² na medida em que esta cooperação pode

ser o sustento para a resolução de problemas entre os países em similar grau de desenvolvimento, pois compartilham percepções parecidas sobre as dificuldades e objetivam superá-las, visando um maior grau de bem-estar à população. Desse modo, na tentativa de definir a CTPD, considera-se esta como complementar à Cooperação Norte-Sul e não como inferior ou superior.

Ayllón (2009) reconhece como principal objetivo da CTPD a geração de maiores níveis de coesão internacional, resgatando o componente político ao propor a reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial, com vistas a reforçar relações bilaterais e coalizões entre países do sul, de forma tal que se desenvolva seu poder de negociação em conjunto. Uma ameaça que se identifica na CTPD é a possibilidade desta ser considerada desenvolvimentista por ignorar os outros interesses envolvidos e as possíveis intencionalidades políticas, comerciais, estratégicas ou de influência internacional. Apesar das oportunidades que esta oferece de intercâmbio e de transferência de conhecimentos e tecnologias, e por facilitar a compreensão do outro, não se deve supor a ausência da verticalidade nas relações de poder ou desigualdades entre os parceiros da CTPD (AYLLÓN, 2009). No caso do Brasil o autor afirma que:

No discurso oficial, a cooperação técnica prestada pelo Brasil não tem fins lucrativos, nem condições ou imposições vinculadas à compra de bens e serviços. Procura responder às demandas formuladas por países em desenvolvimento que estabelecem suas prioridades e definem as áreas em que receberão a cooperação brasileira, que, por princípio, procura o fortalecimento institucional de seus aliados como condicionamento para a transferência e a absorção de conhecimentos (...) é possível detectar no programa de cooperação brasileiro a presença de fins idealistas misturados com diversos interesses nem sempre declarados, o que

não se deve interpretar negativamente desde que os mesmos sejam explícitos e superem a retórica da solidariedade altruísta. (AYLLÓN, 2010, p. 1. Tradução livre).

Existem limitações relativas aos resultados e à avaliação da CTPD, uma vez que não está claro a “replicabilidade” e o adequado processo de encerramento dos projetos. Para sustentar essas limitações, Ayllón (2010) apresenta as reflexões de demais autores sobre um estudo que compara a CTPD com a Cooperação Norte-Sul de vários países (China, Brasil, Ghana etc), ressaltando como principais dificuldades da CTPD as lacunas de informação e a dispersão na avaliação. Entre os resultados desse estudo, evidencia-se a participação quase nula da população beneficiária nos projetos, o que se identifica como um obstáculo para a sua medição e impacto de sua avaliação, como, também, poderia não permitir o cumprimento dos objetivos pactuados entre os países.

2. A gestão social na perspectiva do “desenvolvimento participativo”

A CTPD adquire o compromisso com a sociedade ao visar ser consequente com suas demandas, considerando as múltiplas influências e contradições locais e globais da mesma forma que a gestão social. Segundo Carvalho (1999, p. 19), a gestão social refere-se à “gestão das ações públicas (...) é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos”, portanto, a CTPD aborda a perspectiva da gestão social no propósito de alcançar o chamado desenvolvimento, que é de caráter público. Dessa forma, deve procurar inserir as demandas da sociedade que, por sua vez, são inseridas como prioritárias nas agendas de cada país (CARVALHO, 1999). Nessa ótica de atendimento das demandas e necessidades do cidadão, Milando (2005) problematiza a procura do desenvolvimento quando compreendido como uma força externa, ao que denomina de *Desenvolvimento Induzido*,

e propõe como alternativa o *Desenvolvimento Participativo*.

O Desenvolvimento Induzido é a capacidade de intervir nos sujeitos a serem desenvolvidos a partir de uma instância externa, por meio da vontade do “objeto”. O autor questiona a filosofia ocidental que constitui essa distância entre objeto e sujeito. Assim, a ação implica uma instância externa que, com energia e conhecimento, produz efeitos em um objeto; o que pode ser uma das causas do por que, em algumas áreas do mundo, não se consegue produzir o visado “desenvolvimento”. O autor analisa tal fenômeno a partir de como as organizações, que são estruturas que fazem parte da economia, geram esse processo, do qual fazem parte os cooperadores, os quais deveriam ser percebidos como sujeitos do desenvolvimento e não somente como objetos.

Milando (2005) identifica como veículos do Desenvolvimento Induzido alguns atores do processo, como receptores, elites locais do poder e organizações da sociedade civil. Além desses atores, identifica os projetos que envolvem o marco da metodologia como um processo que se repete operacionalmente, focando em um grupo-alvo ou população-alvo seus supostos beneficiários da intervenção e os *stakeholders* (qualquer ator incluído nas atividades de uma organização). Em contra ponto a esse Desenvolvimento Induzido, apresenta a noção de *Desenvolvimento Participativo*, que implica incluir a população-alvo e reconhecer a importância dos conhecimentos das sociedades, já que estes são fundamentais para a eficácia e a sustentabilidade dos projetos. Ainda para o autor, em determinadas condições, as sociedades consideradas atrasadas podem escolher um tipo de desenvolvimento que favoreça suas políticas sociais e econômicas, de forma a possibilitar a igualdade de acesso aos direitos.

Para reconhecer se os projetos de desenvolvimento na sua formulação e operacionalização são instrumentos adequados, devem-se conhecer as racionalidades subjacentes, ou seja, quais conhecimentos suportam os projetos

e podem reduzir o desenvolvimento espontâneo e institucionalizá-lo. Essa institucionalização é o processo que estabelece, cognitivamente e normativamente, as atividades de determinada entidade, anulando o que a antecede, como os atores e seu conhecimento. Quando os projetos se realizam de forma linear e têm o foco em resultados, se pode sobrevalorizar a quantidade em detrimento da qualidade (MILANDO, 2005).

O autor apresenta, ainda, no que diz respeito ao *Desenvolvimento Participativo*, a concepção de *empowerment* (empoderamento) como componente relevante, pois permite às pessoas adquirirem conhecimentos para gerir e sustentar seus próprios projetos de desenvolvimento, o que possibilita o envolvimento das pessoas excluídas nos processos políticos e econômicos. A seguir, algumas das adversidades que o *empowerment* enfrenta e as possíveis ações:

Quadro I - Adversidades e possíveis ações do empowerment

ADVERSIDADES	ALTERNATIVAS ÀS ADVERSIDADES
Os projetos da cooperação são geograficamente dispersos pela insuficiente capacidade (recursos, gestão etc.) das organizações.	Incrementar a habilidade das organizações na negociação com as elites de poder, criando organizações comunitárias que promovam a democracia participativa.
O contexto institucional se restringe às relações econômicas e políticas do meio local, o que limita a participação nas atividades e a promoção da emancipação.	Sensibilizar os envolvidos fazendo referência às forças hegemônicas que têm dominado os grupos de excluídos e necessitados.
A responsabilidade de sucesso tem sido transferida aos grupos-alvo, dificultando as avaliações objetivas dos processos de desenvolvimento.	Estruturar a avaliação auxiliando o processo de aprendizagem social e o conhecimento dos espaços políticos decisórios que possam influenciar os mecanismos de concepção dos projetos e suas regras.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Milando (2005).

3. Resultados da pesquisa de dados da CTPD: Brasil - Colômbia

Nesta seção, retoma-se, num primeiro momento, a história das relações bilaterais que

vem a influir na definição dos acordos e projetos atuais da CTPD, para, posteriormente, realizar um paralelo da CTPD Brasil-Colômbia (2006-2011).

A história da cooperação entre o Brasil e a Colômbia vem sendo afetada pelas conjunturas locais e globais, o que não contribuiu para uma diplomacia binacional ativa por um longo período. De forma breve, retomam-se alguns fatos que contribuíram para o distanciamento dos países durante a maior parte do século XX.

Nas influências globais, como as medidas adotadas após o Consenso de Washington, as adaptações dos modelos econômicos nos países geraram estratégias para alcançar o desenvolvimento, as quais, com ações dirigidas e específicas, desviaram o possível interesse no fortalecimento das relações entre alguns países da América do Sul (BID, 2011). Já no plano nacional, a Colômbia concentrou-se na resolução de seus problemas do conflito armado interno e no relacionamento com a região do Caribe e, posteriormente, com a região Andina. Enquanto isso, o Brasil tentava diversificar suas relações exteriores com os países asiáticos, africanos e árabes, bem como reaproximar-se da Argentina e estabelecer o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). A essa formação do MERCOSUL, atribuiu-se o despertar do interesse no relacionamento com a Colômbia (RAMIREZ, 2006).

Um reflexo desse distanciamento nas relações bilaterais é a ausência de reuniões presidenciais por um longo período de tempo. Após os primeiros encontros dos chefes de Estado realizados em 1981 - João Baptista de Oliveira Figueiredo, por parte do Brasil, e Julio Cesar Turbay Ayala, pela Colômbia -, somente vem a se retomar as visitas presidenciais no ano de 2003, com a viagem do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe a Brasília. Depois desse relativo afastamento no relacionamento entre os países, apresenta-se uma mudança na dinâmica diplomática desde 2003, com um total de 12 visitas do presidente da Colômbia ao Brasil e um total de sete visitas do presidente do Brasil à Colômbia (BRASIL, 2011a).

Na Colômbia, nos últimos anos e, particularmente, durante o governo do

ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010), algumas políticas econômicas e de Segurança Nacional afetaram as relações na região e, conseqüentemente, com o Brasil. Essas políticas implementadas fortaleceram as relações com os Estados Unidos como sócio comercial e na luta contra os “narcoterroristas”, principalmente as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Durante a *Política de Segurança Democrática*, estabeleceram-se bases militares americanas em território Colombiano, gerando tensões com alguns vizinhos e quanto à estabilidade da região, especialmente no relacionamento com a Venezuela e com o Equador. As tensões intensificaram-se com a incursão do exército colombiano contra a Guerrilha no território Equatoriano, em 2008, violando a soberania deste país, e com a acusação feita pelo governo Colombiano de envolvimento do governo Venezuelano com as FARC (CEPIK, 2010).

O governo colombiano tem defendido a não intervenção externa em seus problemas internos, entretanto, o Brasil tem conseguido manter uma relação estreita, ainda que precavida, pela posição “neutra” de facilitador ou mediador nos conflitos com os governos dos países em crise, evitando a emissão de juízo e oferecendo sua colaboração na liberação de sequestrados na Colômbia (RAMÍREZ, 2006). Essas crises na região, geradas pela Colômbia, foram relativamente atenuadas no ano de 2009, por meio do compromisso assumido pelos Estados Unidos e a Colômbia de não comprometerem a soberania dos países vizinhos (CEPIK, 2010). Mais recentemente, o governo atual de Juan Manuel Santos (2010-2014) restabeleceu as relações diplomáticas e comerciais com a Venezuela e com o Equador, o que é reconhecido como um “ato político inteligente na região” (BID, 2011).

Segundo Ramirez (2006), esse despertar no relacionamento supõe a superação das discrepâncias políticas dos governos, dos temores e das distâncias comerciais no mútuo interesse e reconhecimento. Como afirma Ramirez (2006, p. 5 tradução livre): “começaram a ver no outro

um potencial parceiro, central para a realização de suas próprias estratégias: o colombiano, para a aplicação de suas políticas de seguridade, e o brasileiro com relação a suas pretensões comerciais e geopolíticas”.

3.1 CTPD no Brasil

Na política brasileira determina-se que um dos eixos mais relevantes é o fortalecimento das relações com a América do Sul, visando promover seu desenvolvimento e a integração regional nas diferentes dimensões. Deste modo, um dos objetivos prioritários do governo é fortalecer sua inserção internacional e a integração sul-americana, explícitos tanto na Política Externa como no Plano Plurianual do Brasil 2008-2011 (BRASIL, 2011b).

Esta ênfase na América Latina abre a possibilidade de mudar a história da CTPD³ binacional de modo a fortalecê-la. Porquanto, esta é considerada um instrumento da Política Externa, dado seu potencial de impacto no desenvolvimento de nações que compartilham com o Brasil similares problemas econômicos e sociais. Essa política “tem sido movida por princípios alinhados às visões de relações equânimes e de justiça social, constituindo-se em importante instrumento de política externa” (BRASIL, 2010a, p. 16).

A CTPD apresenta-se como uma alternativa para “promover mudanças estruturais nos processos de desenvolvimento social e econômico nas nações parceiras do país” (BRASIL, 2010a, p. 10). Algumas das premissas que se destacam nessa cooperação são: a) prega o compartilhamento de experiências e conhecimentos bem-sucedidos no Brasil com países em similar estado de desenvolvimento; b) compromete-se com a adesão internacional no apoio a outros países para alcançar os Objetivos do Milênio; c) ênfase na América Latina, África e Ásia; d) contempla a participação de diferentes instituições nacionais do setor público e da sociedade civil do Brasil; e) pretende atingir as prioridades identificadas pelo

país parceiro; f) declara-se sem condicionamentos econômicos, comerciais ou políticos que possam estar acima do discurso da solidariedade e da corresponsabilidade; g) diferencia a CTPD do Brasil em relação à Assistência/Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)⁴, já que o Brasil considera, em sua totalidade, os recursos oferecidos ao fundo perdido⁵, bem como a dimensão multilateral, ao envolver organizações internacionais do sul para contabilizar recursos de financiamento; enquanto a AOD considera necessários pelo menos 25% de doação do total emprestado exclusivamente das organizações internacionais do Norte; h) reconhece-se como país membro do Sul; e i) destaca as modalidades de cooperação científica (tecnológica e técnica), educacional e de assistência humanitária (BRASIL, 2010a).

Como antecedente e complemento a essas premissas, considera-se o estudo de 1995 a 2005 realizado por Iglesias Puente (2010) sobre a CTPD do Brasil. Neste, identifica-se que a CTPD realizou mais de 540 ações (279 atividades e 262 projetos) em diferentes países na América Latina e Caribe, na África, na Ásia e no Oriente Médio. Dessas ações, a maior concentração de projetos foi na América do Sul, com uma porcentagem de 33,6% (94 projetos e 87 atividades), entretanto os recursos financeiros foram maiores para a África (52,0% - US\$ 6.629.635.00 de US\$12.743.149.00). A concentração de recursos na África é atribuída à necessidade de investir mais nos custos operacionais (transporte, tipos de projetos, equipamentos), como acontece no caso do Timor-Leste, que consome 23% dos recursos (IGLESIAS PUENTE, 2010). Portanto, poder-se-ia afirmar que a realização de um número maior de projetos não significa diretamente maior investimento e interesse. Não obstante, reconhece-se que esses dados e o discurso de seus governantes ratificam a importância do Brasil dada à tentativa de manter as ações da CTPD na América Latina.

3.2 CTPD na Colômbia

Na Colômbia, a estratégia para a Cooperação Internacional (2006-2011) junta-se ao Plano Nacional para o Desenvolvimento (2006-2010), definindo a CTPD como um instrumento que contribui para o desenvolvimento da Política Externa. Neste plano, se afirma o propósito em avançar e fortalecer a cooperação técnica, temática e horizontal, ampliando as possibilidades de relações políticas em âmbito bilateral e multilateral (COLÔMBIA, 2009).

Entretanto, na Agenda de Cooperação Internacional⁶ (2007-2010), a orientação temática da Estratégia da Cooperação Internacional prioriza três áreas: os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), a luta contra o problema mundial das drogas, e a proteção do meio ambiente, Reconciliação e Governabilidade⁷. Dentre suas principais estratégias, destacam-se o desenvolvimento de novas fontes e modalidades de Cooperação Internacional e o fortalecimento da oferta da CTPD (COLÔMBIA, 2007). Nesta agenda, surge a necessidade de aprimorar e financiar o desenvolvimento da Colômbia, ao contemplar a CTPD como necessária neste avanço, o que confirma sua relevância e perspectiva no estabelecimento das premissas:

A Cooperação Sul-Sul representa um mecanismo que favorece a Política Externa da Colômbia, visto que permite o fortalecimento das relações internacionais do país, ao tempo que propicia o desenvolvimento econômico e social das nações que se beneficiam de seus projetos. Ao mesmo tempo, pode-se tornar elemento útil para promover o comércio e a inversão entre os países em desenvolvimento, mediante projetos de assistência técnica e a promoção da competitividade, entre outros (...) tem o potencial de fortalecer a capacidade institucional do Estado, apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento empresarial e produtivo, promover o aproveitamento e a preservação dos recursos naturais, qualificar os recursos humanos e gerar

conhecimento, entre alguns atributos. (COLÔMBIA, 2009, p. 6. Tradução Livre).

De acordo com essas premissas oficiais, algumas das características destacadas nessa cooperação são: a) orientada ao estabelecimento de parceiros que compartilhem e complementem suas vantagens, recursos, conhecimentos, boas práticas e o aprendizado; b) a negociação da cooperação baseia-se no marco dos convênios bilaterais e se efetua nas Comissões Mistas de Cooperação Técnica e Científica; c) os outros tipos de acordos e ações de caráter binacional ou multilateral são considerados complementares (Ex. Comissões Culturais e de vizinhança); d) foca-se, principalmente, na América Latina e em alguns países do Caribe, mas está interessada no fortalecimento da cooperação regional e com os países do Caribe, Ásia e África; e) há o compartilhamento dos custos da Cooperação entre as entidades oficiais dos dois países; e f) comparte e baseia-se na Declaração de Paris de 2005⁸, para a coordenação e as premissas da cooperação (COLÔMBIA, 2009).

3.3 Acordos e projetos destacados da CTPD entre Brasil e Colômbia

Os acordos que embasam o estabelecimento dos diferentes acordos binacionais atuais são: 1) Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia, assinado em 1972; e 2) Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, subscrito em 1981. O primeiro sustenta a Cooperação Técnica e o programa de bolsas em cursos técnicos, no qual é destacada a CTPD como instrumento de Política Externa e mecanismo auxiliar da promoção do desenvolvimento socioeconômico entre os países parceiros. Isto é coerente com as premissas previamente estabelecidas (BRASIL, s.d.).

Os acordos da CTPD realizados, entre os anos 2006 e 2011, dividem-se em três documentos, em diferentes períodos (2006-2009, 2009-2011 e 2011). Os dois primeiros documentos são acordos, e o terceiro é uma série

de atos e ajustes complementares realizados em uma visita presidencial (BRASIL, s.d.), os quais, posteriormente, serão submetidos a análise e discussão.

O primeiro acordo compreende os projetos da CTPD planejados entre 2006 e 2009 e seu respectivo informe de resultados, que reporta a um total de 25 projetos contemplados. Desse total, ressaltam-se 12 projetos, devido à sua continuidade, nas áreas de meio ambiente, saúde, agricultura, energia, proteção à propriedade industrial e formação profissional. Desses 12 projetos, dá-se importância a seis, por sua continuidade e/ou por já estarem finalizados neste período de tempo⁹. Outro aspecto a ressaltar nesse documento, é a importância dada à cooperação para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de tal modo que se cria, no ano 2009, uma Comissão Bilateral¹⁰ que busca “consolidar uma relação especial” embasada na fronteira compartilhada (BRASIL, s.d.).

O segundo acordo é estabelecido na mesma reunião de avaliação da Cooperação Técnica 2006-2009, concretizando o programa para a cooperação 2009-2011. No acordo, propõem-se projetos nas áreas de Meio Ambiente, Turismo, Agricultura e Criação de Gado, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Energia, Propriedade Intelectual e Formação Profissional (BRASIL; COLÔMBIA, 2009). O terceiro documento adota os Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (2010-2014). Nesta reunião, realizam-se ajustes aos acordos que fortalecem diferentes projetos, principalmente nas áreas de Meio Ambiente, Agricultura, Energia e Fronteira¹¹ (BRASIL, 2010c).

Com o propósito de posteriormente analisar os processos dos projetos da CTPD¹² empreendidos desde o ano 2006 até o primeiro semestre do ano 2011, são apresentados os projetos que, segundo as fontes oficiais, são destacados por sua continuidade ou por terem sido finalizados ou, ainda, por ter se concretizado o intercâmbio (BRASIL; COLÔMBIA, 2009).

Na área da saúde, no planejamento 2006

- 2009 da CTPD, destaca-se o projeto *Banco de Leite Humano*, que tem como referência internacional o Programa Ibero-americano de Banco de Leite Humano. Este projeto contribui de forma estratégica para o alcance dos ODM, ao visar reduzir a mortalidade infantil. Desde 2007, tal projeto tem promovido apoio técnico e capacitação pessoal. Atualmente, a Colômbia implementa o projeto em três hospitais públicos de cidades capitais: Bogotá, Medellín e Ibagué. Essa CTPD também contribuiu para a geração do “Primeiro Encontro Colombiano de Bancos de Leite Humano” e de dois seminários realizados na cidade de Ibagué (PROGRAMA IBEROAMERICANO DE BANCO DE LEITE HUMANO-IBERBLH, 2011). Outros convênios nessa área voltam a atenção para a Zona de Fronteira e visam aumentar a cooperação.

Já na área agrária, apresentam-se os registros de atuação da CTPD no programa de 2006-2008, a saber: o intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas de produção de caprinos e ovinos (com foco em carne, leite e derivados); e o projeto de transferência de conhecimento sobre a palma de óleo (*Dendê*) como fonte para a produção de biocombustível, na região da Amazônia Ocidental. Neste programa, reconhece-se, por um lado, a Colômbia como o quinto maior produtor mundial de óleo de palma e, por outro, o Brasil por ser o único no campo de investigação do melhoramento genético e produção de sementes dessa árvore (BRASIL, 2011c; PORTAL DO NEGOCIO, 2010).

Em 2011, o intercâmbio na área agrícola tem permitido a cooperação em diversas áreas que envolvem materiais vegetais, *marketing* de tecnologias para melhorar a competitividade, desenvolvimento de projetos em solos, bioinsumos, biotecnologia e, sistemas silvo-pastoris. Além desses projetos, busca-se o fortalecimento de entidades públicas da área, como a Corpoica, na Colômbia, e a Embrapa, no Brasil. (COLÔMBIA, 2011).

Além das áreas enfatizadas, os documentos oficiais destacam o projeto Tratamento Adequado

do Lixo, pelas ações já realizadas, assim como a primeira missão realizada em 2006, em que peritos da Colômbia visitaram as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba. Já no ano 2008, peritos brasileiros da prefeitura de Curitiba e de Belo Horizonte viajaram à Colômbia para assessorar a formulação do Programa Distrital de Reciclagem, na cidade de Bogotá. No ano 2010, aplicou-se o Programa Câmbio Verde da Cidade de Curitiba, que cuida do manejo e gestão dos resíduos para a cidade de Bogotá (UESP, 2010; IMPACTALLIANCE, 2011).

Na CTPD, destaca-se, também, a Cooperação Educacional como um dos principais temas da agenda bilateral (com o programa de Bolsas de Estudo para Estrangeiros e o ensino do Português e do Espanhol na zona de fronteira entre os dois países). A importância desta cooperação pode ser verificada no balanço de política externa 2003-2010:

O grande diferencial da cooperação educacional em relação às outras modalidades de cooperação prestadas pelo País diz respeito à formação de recursos humanos receptivos ao Brasil, formando potenciais interlocutores do Governo e de empresas brasileiras em diversos países, fomentando o engrandecimento da projeção brasileira no exterior. O recebimento da cooperação educacional pelo Brasil estimula o desenvolvimento socioeconômico do País. (BRASIL, 2010b, p. 859).

Identifica-se a Colômbia como o país que mais recebe bolsas de estudo dos programas de graduação e de pós-graduação, especialmente para doutorado. Durante 2010, cerca de 200 estudantes colombianos realizaram estudos no Brasil (BRASIL, 2010b).

Por outro lado, verifica-se o avanço em matéria de Fronteira. De tal modo, com mútuo interesse, se realiza o Centro de Capacitação Binacional, formado pelo SENAI do Brasil e o SENA da Colômbia. O centro de capacitação tem como finalidade desenvolver a unidade de formação

profissional e beneficia a população residente na cidade de Tabatinga, no Brasil, e na cidade de Letícia, na Colômbia (SENA, 2010). O reforço dessa cooperação na fronteira é maior com os Acordos de Vizinhança¹³ que permitem a homologação de títulos, a mobilidade e o fortalecimento de cursos de doutorado.

4. Discussão de resultados da CTPD Brasil – Colômbia

A CTPD Brasil-Colômbia vem tentando fortalecer um maior número de ações, como ficou evidenciado nas premissas estabelecidas nas múltiplas reuniões para realizar acordos e dar prosseguimento aos projetos. No entanto, quando analisados, verifica-se que os acordos e os projetos em sua totalidade indicam o Brasil como prestador desta Cooperação e a Colômbia como país receptor. Isso se explicaria, segundo Iglesias Puente (2010), pelo maior grau de desenvolvimento, inovação e experiência do Brasil nas temáticas abordadas, tendo em vista que o Brasil possui maior capacidade de oferecer tecnologias, conhecimentos e experiências em comparação à Colômbia. Esta constatação é determinante para a análise dos dados, uma vez que não existe a transferência recíproca na CTPD entre os dois países. Assim, a presente discussão limita-se, contingencialmente, a discutir os projetos unidirecionais realizados na Colômbia.

Entretanto, existem projetos de cooperação que não são considerados parte da CPTD, nos quais existe a transferência de conhecimentos da Colômbia ao Brasil, como acontece nas comissões de Vizinhança e nas Comissões Mistas em Matéria de Drogas. Esta última abrange, entre outros projetos, o intercâmbio de inteligência, informação e capacitação. Neste, a Colômbia oferece capacitações para a Polícia do Brasil na prevenção e na intervenção do uso de drogas e álcool.

Tanto nesse intercâmbio como na CTPD Brasil-Colômbia, seguindo a indicação de Milando (2005), devem-se reconhecer e dar visibilidade

aos interesses e intencionalidades políticas, econômicas e estratégicas, além da luta contra a pobreza. Visando explicitar esses interesses, propõe-se analisar, nos dados encontrados, a existência dos três paradigmas apontados por Campos (2007), já referenciados anteriormente. Em primeiro lugar, identifica-se no discurso dos dois países a visão Idealista como o principal motivo para desenvolver a CTPD, ao envolver a reciprocidade, a justiça social, as relações equânimes e a solidariedade nas premissas e procedimentos dos países. Em segundo lugar, apresenta-se maior interesse e prioridade às relações de vizinhança e de fronteira, nos diferentes tipos de cooperação e acordos, o que se identifica com a visão Realista.

Já na visão Liberal, num primeiro momento, identifica-se que, nas premissas da CTPD estabelecidas no Brasil, não se evidenciam os possíveis interesses econômicos e comerciais envolvidos. Por outro lado, na Colômbia, observa-se o desenvolvimento econômico e social como elemento útil para promover o comércio e o investimento entre os países e a promoção da competitividade. Alguns dados que refletem o interesse e o fortalecimento do intercâmbio comercial encontram-se no 1º Fórum de Investimentos Brasil-Colômbia (realizado em 04 de agosto de 2011¹⁴). Neste encontro, constatou-se que os investimentos do Brasil realizados na Colômbia, entre 1994 e 2005, foram de 93 milhões de dólares e, entre 2005 e 2010, aumentaram para 775 milhões de dólares; embora esse crescimento do comércio bilateral seja considerado baixo pelo potencial desses países. Este incremento vem ocorrendo de forma muito assimétrica, explicado principalmente pelo maior volume de exportações do Brasil a Colômbia. Assim, o *déficit* comercial bilateral chegou a 1,1 bilhão de dólares no ano 2010 (BID, 2011).

Entre as principais empresas Brasileiras que participam desse investimento na Colômbia estão a Petrobras, Gerdau, Natura e Marco Polo (BID, 2011). Além da apresentação destes dados, nesse encontro de negócios, reconhece-se, por um lado, o crescimento de atividades diplomáticas e,

por outro, que as iniciativas de cooperação vão além do plano comercial, necessitando-se da cooperação técnica, da política de intercâmbio de conhecimentos e de experiências de políticas em áreas chave do desenvolvimento (BID, 2011). De acordo com este interesse, Lohbauer (2010) afirma que a CTPD pode ser estratégica na criação de confiança para o investimento binacional, implicando boas relações governamentais, pois é necessário que os países mostrem segurança, proteção e estabilidade institucional. Assim mesmo, na visão Liberal, apresenta-se o interesse do Brasil na disseminação da tecnologia nacional, como acontece na produção de biocombustíveis (ex. produção da palma de dendê), de modo que o Brasil tem sido reconhecido como um dos países que vem exitosamente desenvolvendo tecnologias nessa área e tem mostrado interesse na difusão e apropriação da mesma em outros países.

Além da identificação dos três paradigmas, e visando uma cooperação para o desenvolvimento na perspectiva da gestão social, se problematizam os dados encontrados na perspectiva de Milano (2005), sinalizando a existência do Desenvolvimento Induzido e apontando a possibilidade do Desenvolvimento Participativo e o *Empowerment*. O Brasil e a Colômbia se destacam pela intenção de incluir as diferentes instituições locais e internacionais no estabelecimento do processo de demanda, execução e avaliação das ações empreendidas na CTPD Brasil-Colômbia, as quais devem responder a múltiplos atores: às entidades e acordos transnacionais (por exemplo, os ODM), à descentralização das entidades públicas, à sociedade civil - que é quem recebe e demanda a CTPD -, e ao interesse e capacidades do Brasil. No entanto, nesta multiplicidade de atores a considerar na realização da CTPD, não se identifica o envolvimento e participação da sociedade civil. Num primeiro momento, identifica-se que as ações empreendidas pela CTPD partem de instâncias externas, desde sua concepção até sua avaliação, quais sejam, as entidades compreendidas pelas elites (o Estado, por exemplo). Segundo as informações oficiais,

os projetos considerados exitosos são realizados somente pelas entidades públicas pertencentes ao Estado, o que poderia conduzir a outro estudo que objetive conhecer o processo de aprovação das entidades demandantes; portanto, não será abordado no presente texto.

Outro dado que sinaliza a predominância da instância externa, embora se contemple nas demandas das entidades das localidades, está relacionado aos resultados dos projetos considerados exitosos, pois estes se limitam ao reporte das “trocas de experiências”. Assim, a maioria dos resultados oficiais referencia e menciona: o número de pessoas capacitadas, os lugares dos intercâmbios, a continuidade para outra ação de cooperação na mesma área etc. Os resultados divulgados, por sua vez, não informam o processo de envolvimento dos beneficiados diretos da CTPD ou como os afetam em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política etc.), o que poderia anular qualquer efetividade desta cooperação. Um reflexo do *Desenvolvimento Induzido* é não considerar o contexto assimétrico existente nas diferentes regiões/municípios/localidades na Colômbia no estabelecimento dos acordos e projetos. Nesse país, há localidades com o Índice de Desenvolvimento Humano similar aos países considerados de Primeiro Mundo (ex. Bogotá), ao tempo que existem localidades consideradas com o menor índice (ex. Chocó). Portanto, aumenta a complexidade da CTPD ao se propor transferir tecnologia, compartilhar experiências e conhecimentos em contextos não conhecidos (COLÔMBIA, 2010).

Outro aspecto nesta CTPD binacional que compromete a gestão social das ações é a ausência de evidências da continuidade dos objetivos idealizados (visão Idealista) ao término dos projetos, pois não estão ligados a políticas e a ações complementares que permitam sua continuidade e sustento ao longo prazo. Por exemplo, no projeto Banco de Leite Humano, não é possível verificar a continuidade da intervenção no risco de morte das crianças, de modo a garantir sua sobrevivência ao término da idade de lactante. Outro exemplo é o

programa de tecnologias agrárias e energéticas, pois os dados oficiais não evidenciam de que forma essas ações asseguram ou possibilitam a sustentabilidade das comunidades “receptoras” no plano econômico e social. Esta discussão dos dados reafirma a necessidade de garantir a participação e o Empowerment dos beneficiários finais (ex. comunidades vulneráveis, camponeses e indígenas) na gestão da CTPD desde sua concepção até a avaliação e monitoramento.

Considerações finais

Um limite do artigo, já constatado por diferentes autores (CAMPOS 2007; AYLLÓN, 2010; IGLESIAS PUENTE, 2010), se refere à escassez de informação sobre os projetos oficiais, o que restringe a pesquisa acadêmica e a possibilidade de mudanças profundas na estrutura da CTPD. Consequentemente, como contempla Santos Filho (2005), é necessário transformar em públicas as práticas do desenvolvimento, neste caso, a necessidade de tornar a informação da CTPD acessível ao público. Para tal fim, e visando ao fortalecimento desta cooperação, encontra-se como dificuldade a dependência da política de cooperação binacional das prioridades dos governantes no poder. A alternância dos políticos no poder restringe a possibilidade de definição de objetivos de longo prazo e a efetividade desta cooperação.

Quando é analisado o crescimento econômico em ascensão nos dois países e o fortalecimento das relações comerciais entre eles, vê-se a necessidade de fortalecer a CTPD com vistas a obter resultados que promovam práticas eficientes para a questão da distribuição do crescimento econômico. Nesse campo, os novos objetivos da CTPD poderiam envolver projetos que acompanhem o fortalecimento das políticas públicas e a diminuição da desigualdade em suas diversas dimensões. Dessa forma, os projetos e os programas deveriam estar atrelados às políticas governamentais, na tentativa de assegurar a continuidade e a maior efetividade das ações.

Esta necessidade se confirma ao se reconhecer a grande desigualdade social presente nos dois países supra-referidos. O índice de Gini¹⁵, por exemplo, aponta o Brasil em terceiro lugar e a Colômbia, em quarto, entre os países que têm maiores índices de desigualdade.

Por outro lado, pode-se perguntar: por quais razões o Brasil, em suas relações com a Colômbia, se afastou de alguns acordos internacionais, como os AOD, e não foi partícipe do Plano de Paris? E quais as implicações de tal posicionamento para a participação do Brasil nos acordos de CTPD?

Afinal, alguns questionamentos surgem do 1º Fórum de Investimentos Brasil-Colômbia. Um dos obstáculos a serem enfrentados, segundo os resultados do fórum, diz respeito ao desenvolvimento do comércio entre os dois países, na medida em que é precária a infraestrutura de transporte, devido à geografia da selva amazônica e à baixa densidade populacional e à débil economia de fronteira. Como conciliar os diferentes interesses envolvidos, bem como definir para quem devem ser dirigidas as políticas de desenvolvimento?

Finalmente, após a constatação das dificuldades históricas dos países para ampliarem as relações bilaterais, bem como para superar as adversidades atuais na CTPD, poder-se-ia afirmar que este processo está em seu início. Portanto, no caso de objetivar o fortalecimento dos processos desta cooperação, é importante o contínuo reconhecimento dos interesses subjacentes à CTPD (AYLLÓN, 2010; MILANDO 2005), conservando como objetivo principal o desenvolvimento da estrutura social, e evitando que a CTPD se oriente pela reificação sistêmica. Para tal fim, considera-se relevante retomar e viabilizar os conceitos desenvolvidos por Milando (2005), os quais objetivam o *desenvolvimento participativo*, abrangendo o *empowerment* e a busca de adoção pela CTPD dos princípios da Gestão Social.

Referências

AYLLÓN, BRUNO P. **Cooperación Sur-Sur: innovación y transformación en la cooperación internacional.** Madri: Fundación Carolina, 2009. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/nombresproprios/Documents/NPBAyll%C3%B3n0912.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente.** Madri: Real Instituto Elcano, 2010. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/>. Acesso em: 01 ago. 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Sector de Integración y Comercio-vicepresidencia de sectores y conocimiento. **Tumbando la pared: comercio e integración entre Brasil y Colombia.** 2011. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36318076>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores Secretaria de Planejamento Diplomático. Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo 2003 a 2010. Brasília 2011a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/colombia/pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de avaliação do plano plurianual 2008-2011.** 2011b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/relatorio-de-avaliacao-do-plano-plurianual-2008-2011/view>. Acesso em: 07 jul. 2011.

_____. **Embrapa recebe pesquisadores da Colômbia em cooperação sobre biocombustível de dendê.** 2011c. <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2011/agosto/1a-semana/embrapa-recebe-pesquisadores-da-colombia>

[em-cooperacao-sobre-biocombustivel-de-dende](#). Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil(MRE). **Setor Cooperação Técnica.** [s.d] [entre 20110 e 2011]. Disponível em: http://bogota.itamaraty.gov.br/pt-br/setor_cooperacao_tecnica.xml. Acesso: 02 ago. 2011.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009.** Brasília: Ipea: ABC. 2010a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf. Acesso em: 13 ago. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). **Balanco de Política Externa 2003-2010.** 2010b idem Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos-Brasília, 1º de setembro de 2010. 2010c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-da-colombia-juan-manuel-santos-2013-brasilia-1o-de-setembro-de-2010>. Acesso em: 23 jul.2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). **Ata da XII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração.** 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-de-vizinhanca-e-integracao/ata-da-xii-reuniao-da-comissao-de-vizinhanca-e-integracao>. Acesso em: 23 jul. 2011.

_____; COLÔMBIA. **Acta Final VI Reunión Del Grupo de Trabajo de Cooperación Técnica y Científica entre la República Federativa de Brasil**

y la República de Colombia. Bogotá, Colômbia. 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-bilateral/ata-da-i-reuniao-da-comissao-bilateral-brasil-colombia>. Acesso em: 14 ago. 2011.

CAMPOS Rodrigo P. A cooperação técnica entre países em desenvolvimento: limites e perspectivas da política externa nacional. In: SILVA, Kelly C.; SIMIÃO, Daniel S. (Org.). **Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e dialética da formação do estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 321-361.

CARVALHO, Maria C. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth; RAICHELIS (Org). **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 9-29.

CEPIK, Marco. Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe. In: **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cadernos Adenauer, v. 11, n. 4, p. 43-53, nov. 2010.

COLOMBIA. Ministério de Relaciones Exteriores y Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. **Lineamentos para la Cooperación sur-sur em Colombia**. 2009. Disponível em: http://eficacia.info/doc_detalle.php?id=515. Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. **Estrategia de Cooperación Internacional de Colombia 2007-2010**. 2007. Disponível em: http://www.minambiente.gov.co/documentos/4991_080310_estrategia_coop_intern_2007_2010.pdf. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. Ministério de Agricultura. Corpoica y Embrapa de Brasil inscribem memorando de entendimiento. **Boletín de Prensa**, n. 084, 2011. Disponível em: <http://>

www.minagricultura.gov.co/archivos/_bol_084_2011corpoica_y_embrapa_de_brasil_suscriben_%E2%80%9Cmemorando_de_entendimiento%E2%80%9D_para_fortalecer_cooperacion_en_investigacion_y_tecnologia_agropecuaria.pdf. Acesso em: 18 ago. 2011.

_____. Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. Universidad Externado de Colombia. Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales. **La Cooperación Internacional hacia los Países de renta media: una aproximación al caso de América Latina y Colombia**. 2010. Disponível em: http://www.accionsocial.gov.co/documentos/LA_COOPERACION_INTERNACIONAL_HACIA_LOS_PAISES_DE_RENTA_MEDIA_UNA_APROXIMACION_AL_CASO_DE_AMERICA_LATINA_Y_COLOMBIA.pdf. Acesso em: 29 jul. 2011

IGLESIAS PUENTE, Carlos A. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento - CTPD - no período 1995/2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

IMPACTALLIANCE. **Brasil-Colômbia: capacidades distritales de reciclaje**, 2011. Disponível em: http://www.impactalliance.org/ev_en.php?ID=49372_201&ID2=DO_TOPIC. Acesso em: 20 jul. 2011.

LOHBAUER, Cristhian. Atuação de empresas brasileiras nos países vizinhos: construindo infraestrutura ou consolidando a dependência. In: **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer, v.11, n. 4, p. 116-124, nov. 2010.

MILANDO, João. **Cooperação sem desenvolvimento**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PORTAL DO NEGÓCIO. **Veterinários colombianos têm capacitação sobre sistemas de produção**

para caprinos e ovinos. 2010. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=41593>. Acesso em: 17 jul. 2011.

PROGRAMA IBEROAMERICANO DE BANCO DE LEITE HUMANO (IBERBLH). Cooperación técnica entre Fiocruz y Secretaría de Salud del Gobierno de Cundinamarca, Colombia. 2011. Disponível em: <http://www.iberblh.org>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia–Brasil: distante vecindad se fortalece en la seguridad y el comercio. **Análisis Político**, Bogotá, n. 58, p. 3-34, set./dez. 2006.

SANTOS-FILHO, Onofre. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social In: LAS CASAS CAMPOS, Taiane (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações Internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005. p. 13-75.

SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE (SENA). **SENA Colombia y SENAI Brasil Unidos por el Amazonas**. 2010. Disponível em: <http://senamazonas.blogspot.com/2010/07/sena-colombia-y-senai-brasil-unidos-por.html>. Acesso em: 14 jul. 2011.

UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE SERVICIOS PÚBLICOS (UESP). **Programa para la gestión de los residuos sólidos orgánicos para la ciudad de Bogotá D.C.** 2010. Disponível em: http://www.uesp.gov.co/uaesp_jo/images/documentos/programaorganicos.pdf. Acesso em: 23 ago. 2011.

NOTAS

1 Iglesias Puente (2010) resgata do Plano de Ação realizado em Buenos Aires as principais diretrizes e objetivos e propõe que a divisão oficial dos instrumentos (Cooperação Financeira, Cooperação Técnica, Assistência Humanitária e Ajuda Alimentar) se agrupe em três instâncias: Cooperação Científica e Tecnológica, Cultural e Educacional.

2 O autor Ayllón (2009) usa o termo Cooperação Sul-Sul (CSS). Para maior entendimento do texto, utiliza-se o termo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

3 Define a CTPD como “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em organizações nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas” (BRASIL, 2010a, p.17).

4 A AOD é definida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

5 Fundo perdido: sem a exigência ou expectativa de reembolso.

6 Na Estratégia da Cooperación Internacional de Colombia 2007-2010, se define a Cooperação Internacional como: “la ayuda que se entrega para apoyar el desarrollo económico y social de países en desarrollo, mediante la transferencia de tecnologías, conocimientos, habilidades o experiencias por parte de países u organizaciones multilaterales. Se le conoce también como Ayuda Oficial al Desarrollo (AOD) y es un concepto global que comprende diferentes tipos concesionales de ayuda. Envolve diferentes modalidades como a Cooperação Técnica, Cooperação Financeira Cooperação Financeira não Reembolsável e a Reembolsável (COLÔMBIA, 2007).

7 A área Reconciliação e Governabilidade se refere à reintegração econômica e social, fortalecimento do Estado Social e de Direito, assistência humanitária e atenção às vítimas de violência.

8 Declaração de Paris sobre a Eficácia da AOD. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>.

9 Efetuados seis projetos (Capacitação de técnicos colombianos no cultivo de borracha natural no Brasil, Planos de energização rural vinculados ao desenvolvimento local, cooperação técnica HIV, Estudo de Zoneamento “zonificación” ecológica econômica Colômbia-Brasil, Cooperação técnica para a formulação do programa distrital de reciclagem para a área urbana do “Valle de Aburra”). Ainda estavam em execução seis projetos (Capacitação técnica em sistema de produção de ovinos e caprinos, intercâmbio de informação,

investigação sobre o origem e as causas dos incêndios florestais, intercâmbio de experiências sobre gestão ambiental urbana, intercâmbio de conhecimentos sobre a implementação de tecnologias limpas da produção de gado na Colômbia, Fortalecimento institucional das oficinas internacionais dos Ministérios de Saúde e da Proteção Social da Colômbia, Banco de Leite Humano). Dois novos projetos: destinação adequada do lixo coletado junto à população em situação de vulnerabilidade em Bogotá e intercâmbio de conhecimentos no processamento da madeira. Além do compromisso de firmar o projeto de Cooperação para o fortalecimento dos processos de propriedade intelectual na Colômbia e no Brasil.

10 Além desta comissão binacional, há um histórico de relações bilaterais e multilaterais em torno do interesse da Amazônia na América Latina.

11 Intercâmbio Técnico para o Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia, Capacitação Técnica em Trabalhos de Biologia e Epidemiologia para o Controle de Monília e de Vassoura de Bruxa em Sistemas Agroflorestais com Cacau, Centro de Formação Profissional Colombo-Brasileiro, Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape, Cooperação na Área de Bioenergia (incluindo Biocombustíveis), Emissão de Documento de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas, Participação da Colômbia no Programa Kc-390.

12 Lineamentos estabelecidos entre Brasil e Colômbia para trabalhar os acordos da cooperação 2009-2011: garantir que os projetos respondam aos interesses de cada país, no marco de suas políticas e prioridades nacionais de desenvolvimento; concentrar a cooperação em aqueles setores que as partes considerem prioritários e avançar na promoção dos enfoques programáticos; definir os projetos a partir das demandas e privilegiá-los sobre as atividades pontuais, de maneira que efetivamente contribuam ao desenvolvimento das capacidades; aplicar o princípio de custos compartilhados (compartidos) para o financiamento dos projetos. Se aceito, identificar outras fontes de financiamento que contribuam para alcançar os objetivos de dita cooperação; assegurar o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação de projetos, que permita medir seus resultados e avançar na quantificação de seus impactos a partir do estabelecimento de indicadores; conseguir uma maior difusão dos projetos de cooperação executados, para facilitar seu conhecimento, réplica

e intercâmbio em outros países (BRASIL; COLÔMBIA, 2009).

13 Para ampliar informação dos Acordos de Vizinhança, ver Brasil, 2009.

14 Assistir o foro em espanhol: http://www.livestream.com/forocolombiabrasil/video?clipId=pla_5056090e-a814-4082-b539-fbbf5cc833cd.

15 Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar *per capita*.